

Governo adotará moedas sociais e deve investir US\$ 40 bilhões na privatização

por Vera Saavedra Durão
do Rio

No próximo dia 4 de outubro, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deverá anunciar medidas para o programa de privatização ingressar em uma nova etapa, como apurou, na sexta-feira, este jornal. As "novidades" implicarão a adoção de moedas sociais oriundas da securitização do FGTS, FCVS e PIS-Pasep, com a injeção de US\$ 40 bilhões no processo de desestatização.

Também a reestruturação da Comissão Diretora, que seria enxugada de quinze para nove membros, mantido seu comando fora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), poderá ser anunciada. Mecanismos para acelerar a privatização e ampliar suas fronteiras estão em fase de definição por técnicos da Fazenda, no decorrer desta semana, como foi decidido em reunião, em Brasília.

Na quinta-feira à noite, o titular da Comissão Diretora, André Franco Montoro Filho, encontrou-se em Brasília, com o ministro da Fazenda e o presidente do



André Franco Montoro Filho

BNDES, Pêrsio Arida. Na ocasião, o ministro garantiu sua manutenção no comando da Comissão Diretora e se declarou a favor do "modelo Itamar" na estruturação do PND. Ou seja, comandos separados para a Comissão Diretora e para o gestor do Programa, o BNDES. "Continuo no comando da Comissão e o Pêrsio Arida vai colaborar com uma participação ativa à frente do BNDES", avisou.

Montoro Filho deverá estar com Pêrsio Arida nesta segunda-feira, quando haverá reunião da Comissão no BNDES, no Rio. "Se o Pêrsio não for para a reunião do FMI, vamos conversar, pois o ministro Fernando Henrique pediu, em nome do governo, que definissemos o mais cedo possível coisas importantes para tocar o PND. Ele solicitou a nós dois que nos empenhássemos nisso." Indagado se o programa de privatização passaria do âmbito do Ministério do Planejamento para o da Fazenda, Montoro Filho foi enfático: "O programa de privatização é da alçada do presidente da República".

Sobre o "enxugamento" da Comissão, Montoro Filho informou que tal decisão tem que contar com o aval do Congresso. Na sexta-feira, como explicou, foi reeditada a MP 345, que fi-

xa em quinze membros os integrantes da Comissão, sendo cinco membros do governo, cinco da indicação do Senado e os restantes do setor privado. "Acho tal tamanho, de doze a quinze, razoável, mas se o Congresso aprovar sua redução, que se cumpra a lei", considerou Montoro Filho. Com a reedição da MP 345, ela terá de ter um relator no Congresso para se transformar em projeto de lei tal como está ou sofrer alterações.

Na análise do presidente da Comissão Diretora, esse comitê não está ausente das discussões para inovar o Programa. "Todas as sugestões de mudanças foram alimentadas pela Comissão, como a definição de 'novas fronteiras' para os setores elétrico e ferroviário; novas modalidades de venda de estatais via concessão, arrendamento, locação e outras além dos leilões e novas moedas, pois alertamos que o estoque estava se esgotando."

NOVAS FRONTEIRAS

A "privatização na margem" é uma das idéias debatidas para deslanchar a privatização do setor elétrico. Além das vendas da Light e da Escelsa, a formação de "joint ventures" para o término de obras elétricas inacabadas, que exigiriam gastos de US\$ 11 bilhões pelo governo, poderá ser uma das primeiras novidades da nova etapa do PND. Com exceção de Angra II, que a Constituição impede de privatizar, há dezoito obras inacabadas, cujos canteiros parados absorvem US\$ 1 bilhão por ano dos cofres públicos. Com seu término elas produziram 15 mil megawatts de energia, somando aos atuais 60 mil megawatts. "20% da geração elétrica seria privada no País", informa um técnico da privatização.

O governo já despendeu US\$ 16 bilhões com essas usinas, hoje paralisadas. Elas são dezoito, sendo nove pertencentes a concessionárias federais.

Stepanenko critica as estatais

O ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, disse na sexta-feira que enviaria ao presidente Itamar Franco uma exposição de motivos sobre as negociações salariais das empresas estatais. Segundo o ministro, as empresas não estão cumprindo o Decreto nº 908 que determina a negociação dentro das estatais, mas apenas enviando as pautas de reivindicações diretamente ao Comitê de Coordenação das Estatais (CCE).

Stepanenko disse que vai sugerir ao presidente a substituição dos diretores das estatais que não estão cumprindo o decreto. "Negociar é transacionar e não ficar só ouvindo reivindicações", comentou à Agência Brasil.

Um dos exemplos da "insubordinação" das estatais — segundo o ministro — é a reivindicação de aumentos reais de salário.